

UM TERRENO DE PROMESSAS: NOTAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE TRAJETOS PERIFÉRICOS DE EDUCAÇÃO POPULAR¹

Anita de Melo Leonel Ferreira (UFPR/PR)

Palavras-chave: Educação popular. Periferia. Etnografia periférica.

INTRODUÇÃO

Este texto pretende abordar tópicos que podem ser relevantes às atuações feitas sob a perspectiva de movimentos populares em contextos periféricos. As elaborações por serem aqui apresentadas foram construídas entre e a partir de muitas leituras, mas principalmente baseadas na pesquisa de campo feita em uma ocupação urbana que tem o nome de Comunidade Portelinha², situada na cidade de Curitiba (PR).

Por periferia procuro representar locais como a Portelinha e assim classificados a partir de aspectos mais qualitativos e sociais do que espaciais e geográficos. É um termo amplo que, segundo D'Andrea (2020), foi historicamente sofrendo alterações e hoje atua principalmente como significante às enunciações de denúncia e crítica à desigualdade, violência e pobreza; ao mesmo tempo em que representa locais sustentados por potente solidariedade.

Já por movimentos populares, falo dos coletivos que surgem da convicta necessidade de mudança social e política, dispostos a superar a cultura personalista e autoritária e que, justamente por isso, procuram contribuir para o alcance de protagonismo popular da chamada base social, aquela que rotineiramente está na “luta pela vida” (PELOSO, 2012). Fruto desta disposição, são desenvolvidas práticas e metodologias coerentes com a proposta, construídas de acordo e junto do contexto, de maneira rotineira e permanente. Em outros termos, são movimentos que têm o trabalho de base como meio de ação, a partir do qual se constitui uma proposta educativa “outra”³, de uma educação popular. Um ato político é também pedagógico e a elaboração de um projeto educativo é também uma prática política (FREIRE, 2021), por isso, entendo que trabalho de base e educação popular são expressões indissociáveis de uma mesma proposta.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² A palavra “Comunidade” está de fato no nome da ocupação e por isso ela aparecerá com a primeira letra maiúscula. Apontar a este fato é um recurso para manter fidelidade à denominação e ainda assim demonstrar estar ciente de que o termo “comunidade” muitas vezes é utilizado com objetivo de atribuir à pobreza, periferia e favela significados mais “palatáveis”, buscando ocultar as desigualdades que esses locais denunciam. Ou, “não dá pra acreditar que vai mudar se trocar o nome de favela pra comunidade” (MV BILL, 2016).

³ “Outra” educação é uma referência aos projetos de povos zapatistas, que buscam com sua proposta educativa “ensinar uma história verdadeira de nossos povos, país, mundo, a nossos meninos e meninas. (...) Queremos uma educação que nos ensine o justo, para praticar a justiça. Queremos uma educação onde se respeite a igualdade de direitos entre homens e mulheres e a defendê-los com dignidade. (...) E queremos uma educação também em que se ame o trabalho, onde se ame a vida, onde se ame também a vida de nossa mãe natureza.” (DOS SANTOS, 2008, p.76)

O objetivo desta pequena amostra de pesquisa é apresentar algumas análises sobre aquilo que age como cerca, ou, como limite à livre expansão e circulação de um trabalho educativo popular feito na Comunidade Portelinha, o grupo de trabalho (GT) “Ciranda”⁴. Este texto também pretende demonstrar algumas das possibilidades que a Ciranda oferece na construção de pontes e refúgios que foram ou que podem ser construídas na Comunidade, estruturas que podem servir como apoio para a proposta política popular e para as dinâmicas que dela advêm. Ao longo da pesquisa, diferentes significados (literais e metafóricos) para o fogo foram se destacando e por isso foram classificados em duas categorias: uma dá sentido ao calor do forno à lenha de dona Maria, às risadas das crianças e aos vínculos comunitários solidários - é o fogo brando. A outra representa o fogo incendiário que reduz lares às cinzas, o ardor do luto, da revolta e da violência - é o fogo bruto. A cada passo dado ficou mais evidente que o trabalho e a educação popular precisam saber lidar com essas duas expressões do fogo, primeiro porque sua brandura é indispensável à boa permanência de suas práticas e segundo porque sua face bruta sempre ronda os terrenos em que estão inseridos estes trabalhos.

Pois bem. Rumo aos objetivos colocados, foi lançado um olhar de perspectivas etnográficas sobre aquilo a que a disciplina antropológica divide uma carinhosa atenção com o trabalho popular: aquilo que convencionou-se chamar de cultura (BRANDÃO, 1985). Em outras palavras, o foco esteve nos modos vida, de representação e de significação de pessoas da Portelinha. Acredito existir ainda outros tipos de encontros entre o trabalho popular e o trabalho etnográfico, um deles está em uma das condições para que tanto trabalho popular e trabalho etnográfico sejam bem feitos: aquilo que Peloso (2012) chama de “conhecer o terreno”, que diz respeito a saber sobre o chão em que se pisa. Tomar notas sobre sua literalidade, mas também buscar saber das intersubjetividades que nele vivem. Tratar então das condições mais materiais às mais subjetivas do campo, sendo que, para ambas têm destaque a importância do diálogo e da observação, ao menos quando feitas de maneira interessada, ativa e atenta.

O trabalho de campo feito para a pesquisa tem difícil mensuração temporal. De certa maneira é possível afirmar que ele correu ao longo de dois anos, de 2020 a 2022, espaço de tempo no qual iniciei e concluí o mestrado⁵. Neste período, as incursões em campo variaram de duas à quatro vezes por semana, constituídas por observações participantes,

⁴ A Ciranda é um GT de um movimento comunitário que atua na Portelinha desde 2014, o Movimento de Organização de Base-PR (MOB-PR). Neste momento, a Ciranda é constituída por 9 pessoas que assumem o papel de educadoras de por volta de 30 crianças/adolescentes.

⁵ Mestrado em Tecnologia e Sociedade, no Programa de Pós Graduação em Tecnologia e Sociedade, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

interloquções registradas em diário e conversas áudio-gravadas - dessas últimas, melhor “exploradas” aquelas feitas com 12 crianças (participantes ativas da Ciranda, que aqui estão com nomes fictícios) e com duas moradoras da Comunidade, Margarete (Marga) e dona Maria, mulheres que conheci em 2016, através dos trabalhos comunitários na Portelinha. Para complementar as vivências do campo, busquei informações em relatorias de reuniões da Associação de Moradores da Comunidade e levantei dados do processo que corre no Sistema Judiciário, sobre parte do terreno da Portelinha. Também analisei trechos de dois Procedimentos Administrativos do Ministério Público do Paraná que versam sobre o local e, por fim, busquei algumas reportagens em canais da mídia local para complementar algumas informações.

De maneira menos disciplinar, o campo vem sendo analisado (ou ao menos experienciado) ao longo de 6 anos, durante os quais eu mantenho contato com a Portelinha enquanto educadora popular e militante comunitária, através do trabalho de educação popular já referido, a Ciranda, que faz parte do MOB-PR. Assim, é possível afirmar que os conhecimentos articulados pela pesquisa tiveram como ponto de partida uma posição ideológica que seguiu por trajetórias de uma militância em educação popular, que entrou e saiu dos muros e salas acadêmicas, assim como entrou e saiu das ruas de terra da Portelinha. Estes conhecimentos foram gerados a partir de diálogos com textos e pessoas recém-conhecidas no âmbito universitário, assim como a partir de conversas que tive entre uma rua e outra, com crianças e mulheres que conheço há anos⁶. Com relação à articulação das diferentes modalidades de conhecimento que circulam o universo de pesquisa, procurei traduzir esta diversidade para o meio acadêmico através da proposta da “ecologia de saberes” (SANTOS, 2009), onde o conhecimento é *interconhecimento* e, além disso, o é para a intervenção do real (não somente sua narração ou análise). É a partir da avaliação dessa intervenção que a credibilidade do conhecimento é medida, os parâmetros são aspectos cognitivos e ético-políticos, tornando possível conceber o conhecimento de maneira menos abstrata e mais concreta, como uma “prática de conhecimento” que atua em vivências (SANTOS, 2009). Pois bem, este é o panorama introdutório deste relato de pesquisa. A partir daqui, procuro tratar de fragmentos de realidades vividas pelas pessoas com quem dialoguei em campo e começo a partir de uma pequena contextualização sobre a Comunidade Portelinha.

⁶ Com isso, não há como não tratar da reflexividade do trabalho. A análise construída certamente carrega sentimentos pessoais, já que a relação que tenho com o contexto da pesquisa está presente em minha vida de maneira íntima. Por isso, as reflexões feitas ao longo da jornada do mestrado demonstram angústias, idealizações e intuições sobre modos de seguir alguns caminhos políticos. Certamente, também alguns enquadramentos. Assumo, assim, deliberadamente esta carga subjetiva.

O TERRENO: CHÃO DE TERRA E CASTELO DE MADEIRA⁷

São aproximadamente 29.600 m² de Comunidade Portelinha, de acordo com o TETO (2017), uma área relativamente pequena considerando suas quase 300 famílias. O local se divide em duas partes, “Portelinha de cima” e “Portelinha de baixo”. São áreas de chão de terra cercadas por asfalto, vias de trânsito, fios de tensão e muitos condomínios residenciais.

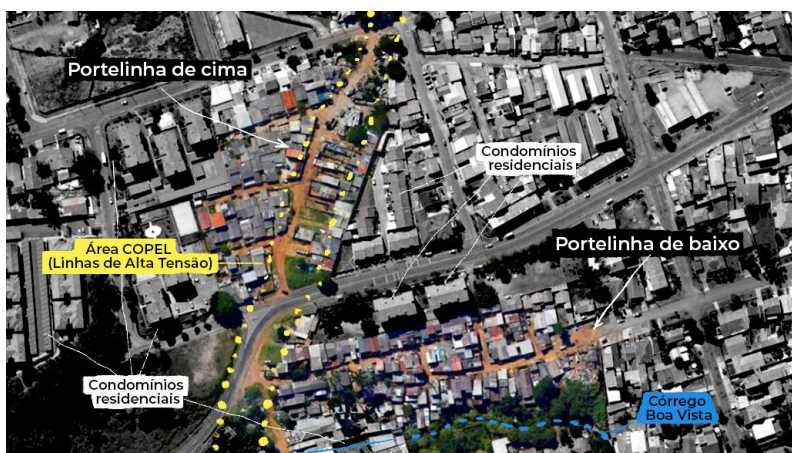


Figura 1: Comunidade Portelinha vista de cima. Fonte: Google Maps, adaptada pela autora (2021)

De acordo com relatos e com o processo do Poder Judiciário do Estado do Paraná⁸, foi no carnaval de 2007 que a área começou a ser ocupada. Famílias foram espontaneamente construindo suas casas na parte de cima e na parte de baixo daquele terreno que percebiam estar vazio há anos. Em alguns pontos da Portelinha de cima, casas foram levantadas sob postes de alta tensão da COPEL (Companhia Paranaense de Energia) e configuraram assim sua irregularidade, por estarem em “áreas não edificáveis”. Mas o pedido de reintegração de posse se deu primeiramente pela transgressão do estabelecido pela propriedade privada e corre na Justiça também desde 2007. A ação foi iniciada pela empresa Plano Leve S/A, uma incorporadora de imóveis que alega ser proprietária da terra ocupada, assim como é proprietária dos condomínios que fazem fronteira com a ocupação (PARANÁ, 2007). A mesma empresa é proprietária da maior parte do terreno que hoje constitui a Portelinha de baixo, mas por conta de algumas de suas especificidades como o baixo relevo, a proximidade ao Córrego Boa Vista (que sazonalmente transborda pelos becos do local) e algumas Araucárias que não podem ser cortadas, não foi ajuizada pela Plano Leve S/A nenhuma ação de reintegração com relação a essa área. O local é chamado por representantes da

⁷ “Mas não importa se chão de terra tem poeira / Aqui, é meu castelo de madeira / Sou príncipe do gueto, só quem é desce e sobe a ladeira / Sou príncipe do gueto e meu castelo é de madeira”. Música “Castelo de Madeira”, do grupo “A família”.

⁸ Processo de número 0012467-46.2007.8.16.0001.

empresa de “abacaxi podre”, termo aparentemente usado para referenciar uma área sem serventia ao mercado imobiliário.

Mesmo com a situação fundiária oficialmente irregular, seus 15 anos de história somados a suas características “passadas” aos olhos do mercado resultam no afastamento do medo de despejos iminentes. De tal modo que o local é um terreno de promessas, de possíveis futuros e anseios por um melhor viver. As promessas chegam à Portelinha no sentido de compromissos assumidos, com ou sem pedidos de retribuição. Alguns destes compromissos surgem de quatro em quatro anos (e de quatro em quatro anos somente), verbalizados por homens de terno e carros cantantes. Algumas destas promessas, de quando em quando, materializam-se em sacos de cimento, tijolos e canos de pvc. Há também forte presença da promessa divina, mais assídua do que aquelas que chegam junto da política engravatada. Durante cultos religiosos que acontecem na Associação de Moradores ou no Clube de Mães, as palavras e cantos projetam e alimentam o sonho de uma vida futura melhor, em um plano espiritual. Mas algumas figuras religiosas assumem compromissos também no plano material e concreto e muitas das doações recebidas pela Comunidade vieram de instituições religiosas⁹.

Também se apresentam na Portelinha promessas feitas por compromissos firmados com a luta política da Comunidade, pela união a suas forças pessoais ou à força coletiva, dos mutirões e outras mobilizações. De toda sorte, as promessas chegam em periferias como a Portelinha como propostas de soluções em termos pessoais ou coletivos; expressas pela esperança de uma vida melhor a partir do compromisso com os estudos, com o mercado de trabalho, com a igreja, com o voto, com o movimento político, com o tráfico e por aí além.

O medo do despejo não ronda pela Portelinha, o que torna o terreno aberto às promessas. Mas ainda é fácil perceber na Comunidade outros problemas, condicionados pelo mesmo motivo que impele a ela sua “irregularidade”. São problemas daquilo que Milton Santos classificou enquanto pobreza concebida para além da questão econômica, porque acontece enquanto um marcador político e quase como um modo de vida (SANTOS, 2011). Nos últimos anos, o [projeto de] descaso do Estado e suas instituições voltado às pessoas que ali vivem se acentuou e, em tempos pandêmicos, pôde ser percebido com ainda mais rigor nos serviços públicos de saneamento, saúde, educação, segurança e outros.

⁹ Foi o caso, para citar somente dois, dos materiais que sustentam a Associação de Moradores e também de uma das tantas casas que Marga já teve na Comunidade, sendo esta última, feita com materiais inteiramente doados por uma Paróquia da Igreja Católica, após um grande incêndio (fogo bruto) que destruiu por volta de cinco casas da vila.

A maior parte das casas da Comunidade não tem rede funcional de energia elétrica e nem estão contempladas em um projeto de saneamento básico. No inverno de 2021 (em plena pandemia) acompanhei períodos de escassez hídrica no qual algumas famílias ficaram duas semanas sem água. Quanto à educação escolar, vi a Portelinha enfrentar outras dificuldades: crianças e adolescentes receberam a demanda de seguir com estudos em um modo remoto ainda baseado em meios não democratizados (virtualizados e informatizados). Uma metodologia educativa que acabou servindo como vetor para o aumento das desigualdades nos processos escolares, de acordo com marcadores como classe e raça (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022). Além disso, pessoas adultas que estudavam na modalidade EJA em uma escola próxima à Comunidade foram subitamente surpreendidas com o encerramento deste tipo de ensino, ao passo que a escola em questão incorporou (de maneira errática e legalmente nebulosa) o modelo “cívico-militar” de educação¹⁰.

Quanto à saúde pública, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o “postinho” da região tiveram seus atendimentos adaptados para atender às novas demandas de tratamento para COVID-19, de modo que o atendimento de outras necessidades em saúde, como atenção básica, foram brutalmente comprometidos. A “UPA-Fazendinha”, a mais próxima da Comunidade, não retomou suas atividades originais até o momento de escrita deste texto. Por fim, quanto à segurança pública, a Comunidade se queixa de abusos de violência policial, com diversos casos que acabaram em morte e mobilizaram atos em protesto.

Pontuado isto tudo, cabe agora dizer que não é só a partir de tristes retratos que a Portelinha se define. A Comunidade se afirma com eles mas também (e talvez principalmente) apesar deles. Tem quem diz que ama viver ali e que jamais partiria. Também tem quem sairia assim que pudesse. Muitos são os casos de famílias que de fato migram, mas nem sempre rumam a melhores condições¹¹. Tem gente que trabalha, trabalha muito (mesmo em situação de desemprego). Tem quem trabalhe em serviços informais e quem tem dificuldades em acessar esse mundo informal do trabalho e por isso vive de pequenos bicos aqui e ali, na própria Comunidade. Tem briga, desavenças e dissensos, mas tem solidariedade e apoio mútuo. Tem bastante criança, tem pipa, parquinho, animais domésticos, cultos religiosos, bar, música, reuniões e bingo.

¹⁰ Conferir em:

<https://paragrafo2.com.br/2021/04/09/o-fim-da-educacao-de-jovens-e-adultos-no-estado-do-parana>

¹¹ Na dissertação, as migrações foram abordadas a partir de uma dicotomia: “o território versus a cidade corporativa”. O território é a terra “para além da cerca”, local de comunidade que compartilha símbolos de pertencimento, cuidado, respeito e abundância (FERREIRA e FELÍCIO, 2021). Já a cidade corporativa é como um “espaço sem cidadãos”, local onde a vida acontece principalmente a partir dos jogos do mercado e que leva famílias migrarem de um ponto a outro (SANTOS, 2011).



Figura 1: Fim de tarde na Portelinha. Fonte: autora (2021)

Agora, findados estes apontamentos fragmentários sobre o terreno da pesquisa, na seção que segue estão descritas algumas experiências e interpretações feitas sobre vivências ocorridas na trajetória da pesquisa na Portelinha, principalmente aquelas que partiram dos trabalhos desenvolvidos na Ciranda.

SOBRE A TERRA ESTÃO: TÁBUAS, VIDAS E FOGO.

Na rua Irati ao acabar o asfalto: é ali, do meu ponto de vista, que começa a Portelinha de baixo. Nesta mesma perspectiva (a minha), a Portelinha de cima também começa assim que o asfalto acaba, mas no cruzamento da rua Rezala Simão com a rua Cleia Margarida Salvador¹². Minhas chegadas à Comunidade são geralmente pela rua Irati porque no momento em que escrevo, a Ciranda acontece na Portelinha de baixo, na sede do MOB-PR. É sempre quando piso no chão de terra que sinto que cheguei e é geralmente por ali que começo a ouvir vozes conhecidas. Em meu caminho, passo primeiro por uma portinhola de tábuas de madeira que leva a uma Horta Comunitária. Depois, passo pela lixeira da Comunidade - uns nove metros quadrados delimitados por alguns compensados de madeira. Então, atravesso a entrada do barracão de reciclagem da dona Marga. Dali, geralmente avisto alguém chegando ou saindo do trabalho, às vezes algumas crianças tentando pular a grade para ver o que tem de bom por lá, com sorte algo que possa virar brinquedo.

Em frente ao barracão está o parquinho da vila, que já teve diferentes composições e hoje compreende uma desfalcada dupla de balanços (somente um funciona, o que gera certa disputa) e uma estrutura de madeira composta por quatro pilares que dão

¹² Cleia era uma moradora de referência para toda a Comunidade Portelinha, sempre esteve à frente de mobilizações, mutirões e reivindicações comunitárias. Estava sempre disposta a contribuir com a Ciranda, com sugestões de atividades ou arranjando ótimos lanches para as crianças, resultados de articulações que fazia com o pessoal de sua igreja. Sempre que possível, marcava presença nas reuniões semanais de avaliação do GT, aparecia ao fim, trajando seu famoso roupão, fumando seu cigarro e contando alguma piada. Cleia enfrentou vários problemas de saúde e como tantas outras senhoras da Comunidade, tinha muita dificuldade em acessar os recursos para tratamento. Faleceu em 9 de Fevereiro de 2018, aos 58 anos, por conta de um ataque cardíaco.

sustentação a um espaço de uns dois metros quadrados, algo como uma saleta nas alturas, conectada ao chão por uma escada com degraus em azul e vermelho. É do topo dessa estrutura de madeira que desce um escorregador e algumas das várias crianças da Comunidade. Seguindo a caminhada, depois de passar pelo portão do barracão e pelo parquinho, está a Associação de Moradores da Portelinha, uma construção de 2014, feita de tábuas que no momento refletem a cor laranja e que juntas de caibros, forro de pvc e telhas tipo Eternit compõem um espaço coletivo e de uso geral, que já foi base de velórios e festas, de reuniões de Associação, de armazenamento de doações, de encontros e ações de ONGs, de algumas atividades da Ciranda e também para cultos religiosos - essa talvez seja a função mais ativa no momento.



Figura 3: Trecho da Portelinha de baixo, vista de cima. Fonte: adaptada do Google Maps (2020)

Duas esquinas após a Associação de Moradores está o ambiente que gestou e acolheu maior parte das reflexões para esta pesquisa, a sede do MOB-PR, local onde ocorrem as atividades da Ciranda. A Ciranda foi iniciada em 2014, na época uma então militante de um movimento estudantil da Universidade Federal do Paraná (o Quebrando Muros), morava perto da Comunidade e participou de algumas reuniões da Associação de Moradores da Comunidade. A partir disso, ela percebeu uma demanda urgente colocada por mulheres: muitas de suas crianças não conseguiram vagas em creches/escolas e passavam horas sozinhas em casa. A demanda foi repassada ao movimento estudantil, que iniciou alguns trabalhos educativos com essas crianças. A Ciranda nasceu como um grupo de trabalho (GT) do Quebrando Muros e depois se desenvolveu enquanto um GT de um recém criado movimento comunitário, o MOB-PR.

De lá para cá, muita coisa mudou. O GT organizou formações internas no campo da educação popular e adaptou sua proposta política e pedagógica. Meses depois do início das atividades, as crianças conseguiram suas vagas em creches e escolas, assim o GT começou a atuar somente nos finais de semana, com intenções de ser menos sobre

tutelar crianças ociosas e mais sobre desenvolver atividades com discussões acerca de suas realidades.

Após o início da pandemia de Covid-19, a sede do MOB-PR passou a ser habitada predominantemente pelas crianças e adolescentes da Ciranda¹³. Diante disso, a relação que elas têm com o local foi bastante trabalhada e atualmente, a percepção de que elas estão no ápice de sua apropriação e integração com esse ambiente educativo mantém uma chama branda e estimulante no GT, um motivo nítido e concreto para seguir. Muitas vezes, ao chegar na Portelinha algumas crianças correm para perguntar sobre as atividades do dia e disputam as chaves da sede, para que elas mesmas abram o portão que dá entrada ao local. São como as primeiras faíscas daquilo que está por se instaurar. Depois de entrarem, as crianças/adolescentes se sentem bem à vontade, algumas começam a brincar logo na área externa, outras ainda insistem para serem as que abrirão a porta da casa. Na área interna, algumas iniciam as escolhas pelos brinquedos, outras passeiam os olhos pela biblioteca e a maioria pede por papéis e lápis. Algumas ficam acompanhando as educadoras para lá e para cá, aparentando não ter algum objetivo determinado, pois não procuram por um brinquedo específico como o dinossauro ou a massinha de modelar (os artigos mais disputados) e ficam, ao invés disso, conversando e perguntando toda sorte de questões.

A apropriação que crianças e adolescentes demonstram ter do espaço se verifica também por um desejo de ali estar sempre e quando possível. Na tarde do dia 08 de Julho de 2021, passei horas na varanda da sede conversando com algumas crianças e registrei algumas evidências desse vínculo com o local. Trago um trecho do que falou Bel (7 anos), uma doce menina em um dia de certo mau-humor gerado por uma briga que teve com sua amiga Paula (10 anos), também presente no momento. Estávamos conversando sobre a possibilidade de crianças e adolescentes da Ciranda serem, um dia, as pessoas educadoras do GT (“as tias”). Entre olhadas de canto de olho para Paula, ela disse que gostaria, “só que daí não pegaria gente chata, porque gente chata com gente boa, dá confusão”. Enquanto Paula ignorava em absoluto as investidas e olhares de Bel, seguimos conversando mais um tanto sobre as atividades que ela gostaria de propor enquanto educadora. Depois de tantas perguntas, Bel disse que era a hora dela me fazer as perguntas e assim passou a questionar, primeiro, o que eu fazia em casa quando não estava na Ciranda. Depois, continuou:

[Bel]: Ô tia, sabe que agora que a minha mãe tá trabalhando, sabe as coisas que eu tenho que fazer em casa? [Anita]: Ahn? Bel: Eu tenho que: ou

¹³ Durante este período as reuniões do MOB-PR passaram a ser feitas de modo remoto e as produções da Cooperativa Entre Laços e Linhas (outro GT do MOB-PR) deixaram de ser feitas no local.

arrumar o quarto, ou a sala ou a cozinha...E banheiro. Hoje eu arrumei o quarto. **[Anita]:** Ah, é?! **Bel:** É. Tipo... Sábado você vai vim? **[Anita]:** Amanhã? **[Bel]:** É. **[Anita]:** Aham. Por quê? **[Bel]:** Porque daí a gente... Podia, tipo... Você deixá alguém com uma chave pra daí quando você vim aqui, tipo, já tá tudo arrumadinho pra depois quando você for fazer a Ciranda, começar de volta tudo a Ciranda, você não precisar arrumar. **[Anita]:** Uhm... Aí eu daria a chave pra alguém de vocês e vocês arrumariam aqui a sede, é isso? **[Bel]:** É! **[Fernanda (ouvindo e comentando de longe)]:** Eu também! **[Bel]:** Que daí como eu gosto de ficar limpando, daí eu limpava minha casa, comia, me arrumava daí eu vinha aqui e limpava. Daí você podia deixar a chave comigo. **[Fernanda (novamente de longe)]:** Eu também! Daí eu deixo lá com a minha vó, daí quando eu vim daí eu limpo aqui, eu ajudo ela. **[Bel]:** É, daí eu posso vim todo dia, pra ver que tá limpinho, essas coisas... Porque todo dia eu tô saindo pra rua agora. Umas vezes eu não saio porque tá frio e chuva, daí eu não vou poder vim. **[Fernanda]:** Você vai fazer cópia da chave, tia? **[Bel]:** É, ela pode fazer cópia pra alguém vim, daí quando eu quiser brincar assim, que aqui é minha casinha, sem ninguém, eu posso pegar a cópia e vim. Daí eu sei que ninguém vai me incomodar aqui [mirando em Paula]. **[Anita]:** Olha, eu acho que quando te vissem entrar todo mundo ia querer entrar também, cê não acha? **[Bel]:** Não, mas eles não iam ver eu entrar. [...] (Conversa com Bel, Paula e Fernanda, dia 08/07/2021)

Chamou-me atenção a maneira como Bel demonstrou querer dedicar certo esmero com a sede, deixá-la “limpinha”. Creio que senti um pouco, através de lembranças, um conforto e satisfação que meu eu-criança também sentia ao ordenar e organizar os artefatos que faziam parte da minha vida, talvez sentimentos construídos em movimentos de identificação ou reconhecimento dos itens, ou mesmo da “posse” destes, assim como das responsabilidades sobre aquilo que era, então, “meu”. Obviamente, não passou despercebido o fato de que Bel também queria ter a sede como sua “casinha” de brincadeira e de modo exclusivo.

Essa noção do cuidado com a sede do movimento se apresenta de outras formas e em outros momentos, também através de outras crianças. Ao menos de forma ideal, enquanto um sentimento ou desejo. Na prática, a verdade é que a manutenção do espaço coletivo que abriga tantas pessoas, crianças e brincadeiras gera desconfortos e conflitos, justamente pela desorganização. No dia seguinte ao relato anterior, estive novamente com algumas crianças na sede e depois de brincadeiras e conversas, avisei que chegara o momento da partida, aquele em que meus pedidos encarecidos têm de se apresentar para reorganizar o espaço em passo mais apertado. Registrei no diário de campo:

eu estava percebendo que desde ontem as crianças estavam, ainda que mantendo a insistência, me respeitando mais e colaborando mais.¹⁴ (...) Paulinho foi quem mais me ajudou a conseguir zarpar o barco. “Olha o horário, gente, a tia tem que ir embora, tomar banho, fazer a janta, ver novela... Vamos, vamos!”, era o que ele alertava, enfaticamente, repetidas

¹⁴ É consensual nas avaliações do GT Ciranda que, metodologicamente falando, poucas coisas são tão eficientes para o alcance de boa adesão e integração nas atividades quanto relações construídas através da presença frequente e permanente. Assim como no blues antropológico (DA MATTA, 1978), o trabalho educativo ganha força a cada batida - a cada diálogo, a cada episódio vivido em coletivo, a cada memória compartilhada.

vezes. Enquanto isso, as movimentações eram várias, era criança pra lá e pra cá, algumas varrendo, outras guardando os materiais, caçando os picotes no chão... (Registro de campo, dia 09/07/2021)

Neste período havia no GT uma discussão em desenvolvimento: como identificar e respeitar os limites que as crianças têm, no sentido de entender até que ponto podemos demandar colaboração na organização e limpeza do local, sem com isso demandar além daquilo que elas têm maturidade para conseguir fazer? Aconteceu que nesse dia, mais do que questionar quanto às possibilidades das crianças em assumir certas responsabilidades, questionei as minhas próprias:

Elas (Fernanda e Lu) estavam ajudando, mas o ritmo é outro, até porque elas não queriam deixar nem a brincadeira nem a sede. (...) “Vamo meu povo, vocês combinaram que me ajudariam depois” (...) Paulinho, muito empático tava pra lá e pra cá me ajudando enquanto estimulava que as outras crianças fizessem o mesmo. Fernanda e Lu me pediram mais dois minutinhos pra finalizar o desenho. Rosa passava por mim com tanta rapidez que nem consigo dizer o que fazia. Quando conseguimos encerrar, já estava escuro. Pedi que iluminassem com meu celular para que eu varresse o chão da parte externa. Fui dar a última conferida e quase deixamos nada menos do que a fralda trocada do Bento, devidamente “mocada” em um buraco da estante (que sua irmã havia trocado e deixado ali). Nessa hora eu pensei: “Jesus, que doideira...” Foi tanta coisa ao mesmo tempo, pesquisa, gritaria, desenho, máscara, álcool em gel, criança pra lá e pra cá, escolinha, gravação, fralda suja... Minha versão ali tem que ser acelerada, ao mesmo tempo que paciente. Às vezes aqui eu me sinto uma criança que nem elas, o que acho bom mas também me deixa insegura. E se eu deixasse aquela fralda ali? Que tipo de educadora eu sou? O tipo que vai deixar o espaço delas sujo, fedido, cagado? Será que eu tô fazendo tudo errado? (...) Taquei fora a fralda, dei a última conferida, ainda nervosa com a possibilidade de ao voltarmos à sede nos depararmos com alguma triste surpresa. (Registro de campo, dia 09/07/2021)

Naquela tarde, enquanto eu conversava com algumas crianças na parte de fora da sede, o restante permaneceu na parte interna, brincando e desenhando. Em algum ponto deste momento, Emília teve que trocar a fralda do seu irmão e acabou a esquecendo em uma estante da sala/cozinha. Como eu estava empenhada em mediar a conversa lá fora e fazer um bom registro, acabei deixando as dinâmicas ali da parte interna da sede em segundo plano de atenção. Dias depois, quando fui ouvir os áudios das conversas gravadas, exatamente no momento em que, me lembro bem, estava dedicada em ouvir atentamente o que Bel dizia, pude ouvir Rosa ao fundo alertando lá de dentro da sede: “Ô, tia! Ele tá cagado! Ele tá cagado!”.

Em resumo, as tarefas de gestão e organização de um espaço de uso comum são desafiadoras para crianças, adolescentes e pessoas adultas. Pessoas educadoras têm a difícil tarefa de mediar todo o fluxo que acontece com as crianças no espaço, sempre ávidas por aproveitar tudo que ele oferece. O desafio é também conhecer os limites e possibilidades que cada pessoa e “pessoinha” suportam nesta demanda organizacional,

para que nada se exceda e sobretudo para que as relações de poder entre pessoa adulta e pessoa não adulta não sejam, justamente ali, exploradas. Para as crianças e adolescentes, os desafios estão em internalizar e manter a prática de condutas estabelecidas para o ambiente, como o respeito mútuo e a organização, etc.

A partir desses desafios colocados, analiso que a Ciranda contribui na tessitura de práticas auto-construídas por crianças, adolescentes e pessoas adultas. No espaço da sede do MOB-PR acontecem práticas de liberdade no brincar, desenhar, dançar, cantar etc. Ali também se formulam práticas de auto-gestão do espaço físico, o ambiente que acolhe todas as práticas de liberdade mencionadas. Além da construção da prática política e pedagógica do GT Ciranda. Esses movimentos auto-referenciados pretendem contribuir para um senso geral de mais autonomia e de protagonismos coletivos, em vez daqueles que atuam de forma individualizada.

Durante dezenas de mutirões para limpeza e organização do espaço da sede, crianças e adolescentes fizeram questão de participar. No dia 8 de Agosto de 2021 estávamos eu e outra educadora na sede, o planejamento do dia era fazer uma pré-seleção daquilo que manteríamos e do que descartaríamos (o que chega como doação, mas em “estado terminal”). Para as crianças que apareceram no local, destacamos que a função daquele trabalho era nossa, das educadoras, e que elas poderiam ficar brincando e lendo ali fora (e ali fora somente). De modo rápido e espontâneo, Rosa começou a nos ajudar a selecionar alguns dos brinquedos e livros que ficariam para o entretenimento na parte de fora e, após insistências, acabou ficando na parte interna nos ajudando. Separamos papéis sem uso dos de desenhos feitos; descartamos brinquedos e materiais estragados (lápiz, canetas etc.) e organizamos parte dos materiais seguindo categorias e ordenações estabelecidas pela Rosa, que demonstrou ser muito criteriosa na função.



Figura 4: Lá fora, as brincadeiras e lá dentro, seleção e categorização de materiais. Fonte: autora (2021)

Depois de alguns outros mutirões, no dia 15 de Setembro, uma das atividades da Ciranda foi a de refazer seus “combinados” - compromissos que devem ser respeitados para manter uma boa convivência no espaço, no geral, sobre respeito, solidariedade e organização. A construção desse rol de combinados foi feita e registrada mediante sugestões e aprovação coletiva, os combinados “selados” estão materializados em uma

cartolina azul, que hoje está na parede da sala da sede. Surgiram indicações sobre o uso do espaço, como “juntar os lixos”, “arrumar o que bagunçar” e “organizar os materiais”. Um combinado sugerido demonstra outro aspecto dos trabalhos da Ciranda, sobre o qual agora gostaria de focar. Algo que exprime bem parte do que pretendo representar ao trazer a imagem do fogo brando, a sugestão foi de “tentar sempre ajudar os próximo”.

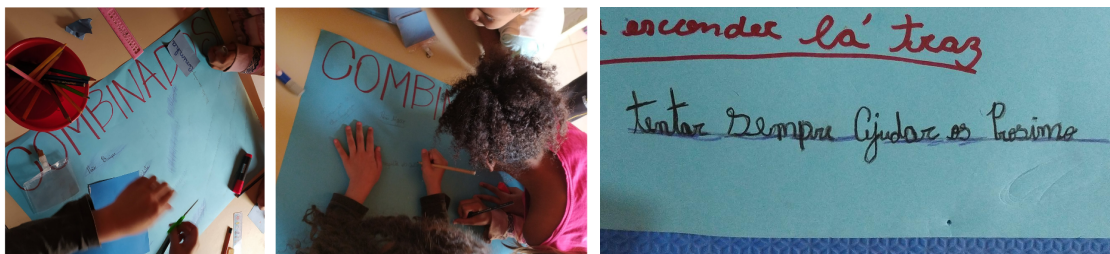


Figura 5: Feitura dos “Combinados da Ciranda”. Fonte: autora (2021)

Nesta tarefa de construir práticas de liberdade, de educação e de sociabilidade auto-gestionadas, o apoio mútuo sempre foi um dos horizontes perseguidos pelo GT. Do planejamento das atividades à escolha dos combinados, do rateio e feitura do lanche aos mutirões de limpeza e organização: tudo é feito com o estímulo ético de um bordão que diz que a tarefa será melhor realizada a partir de um trabalho coletivo e cooperativo. Ao longo de anos de atividades, esses "rituais" foram incorporados enquanto dinâmicas constitutivas da Ciranda. São, assim, parte da memória coletiva do GT, que por sua vez sustenta também os planos do que ainda será feito¹⁵.

É fato dado que a iniciativa que algumas crianças e adolescentes têm em cooperar com as atividades acaba sendo elemento indispensável ao seguimento das propostas, especialmente quando o número de educadoras é pequeno. O apoio mútuo está entre elas, ainda que muitas vezes expresso de maneira excêntrica e peculiar. Dia 20 de Fevereiro de 2021 registrei modos irônicos de como pode acontecer esse apoio:

[...] Manuel assumiu uma nova proposta de atividade: o tal do come-come. Me perguntou se eu sabia a dobradura, disse que não, mas que as outras crianças poderiam ajudá-lo e assim o foi. Não me lembro de uma vez em que alguém recusou meu pedido para ensinar ou ajudar outra criança, mesmo que aos resmungos. O curioso é que muitas vezes elas fazem de maneira um pouco bruta, impacientes ou reclamando, mas sempre ajudam. Por vezes meu incentivo tem de ser maior, mas em outras, nem se faria necessário. Até então, naquele momento, Juliana que não é famosa por sua paciência ajudou Renan a usar a régua e Tamires ajudou Manuel a fazer a dobradura do come come. (Registro de campo do dia 20/02/2021)

¹⁵ Como lembra Meihy (2015), memória, identidade e noção de comunidade se articulam de maneira íntima, construindo e se conformando uma à outra.

Com base em Kropotkin (2009)¹⁶, considero que os resmungos e a impaciência do primeiro momento da ajuda é como a primeira camada social que nos habita, pautada principalmente no individualismo. Já a cooperação praticada é resultado do processo de maturação, um desenvolvimento interno com efeito de fora para dentro e que busca, enfim, alcançar o cerne da ética.¹⁷



Figura 6: Fogo brando entre as crianças. Fonte: arquivo pessoal (2020)

Para encerrar com as histórias calorosas de apoio mútuo, trago um último relato de uma cena que presenciei em um domingo de muito frio. Retornei da casa de Marga e fui até a sede, que estava sendo habitada por algumas crianças e adolescentes. Então me coloquei a acertar alguns detalhes e encaminhamentos para ir para casa. Enquanto isso, conversava com Carlos, um educando que na época estava próximo de seus 14 anos. Ele é reconhecido na Comunidade como “briguento”, fama que considero ter se cristalizado de maneira que excede sua própria personalidade. Enfim, eu e ele conversávamos sobre seu aniversário que estava por vir e ele pedia conselhos para organizar a festa que pretendia fazer. Durante a conversa, bateu os olhos no violão recém doado à Ciranda (por Marga) e logo o abraçou enquanto se sentava na mesa.

Carlos ia dedilhando o violão e o pequeno Miguel, assim que ouviu as primeiras notas, ficou em sua frente, paralizado e namorando o som. Expressei admiração com a melodia que saía da união entre Carlos e violão, comentei que ele poderia, “quem sabe, um dia dar uma aula na Ciranda”. Ele respondeu que estava “enferrujado”, comentou que o violão estava desafinado e com uma das cordas em estado possivelmente irreparável. Senti que ele não queria aquela responsabilidade e retornei à minha organização, encaminhando tudo para minha partida. Minutos depois, de outra parte da sede ouvi Carlos conversando com Miguel enquanto caminhava com os dedos pelo braço da viola,

¹⁶ O apoio mútuo, para Kropotkin é a “percepção – mesmo que apenas no estágio do instinto – da solidariedade humana. É o reconhecimento inconsciente da força que cada homem obtém da prática da ajuda mútua; da íntima dependência que a felicidade de cada um tem da felicidade de todos; e do senso de justiça ou de equidade que leva o indivíduo a considerar os direitos de todos os outros indivíduos iguais aos seus.” (KROPOTKIN, 2009, p. 15)

¹⁷ “Em nossas relações mútuas, cada um de nós tem seus momentos de revolta contra o credo individualista em voga (...)” (KROPOTKIN, 2009, p. 182-183)

dizendo em tom baixinho, talvez tímido: “Tá vendo, ó? Esse som aqui é diferente desse, viu?”. Enquanto isso,

Miguel o observava com olhos arregalados, admirado e balbuciando algo como: “Hmmm”, “É?!” e “Óia!”. Lembro de ter pensado em como queria que aquele momento durasse só mais um pouquinho. Carlos, apesar da fama e do real ímpeto que às vezes demonstra ter de debochar de algumas crianças, especialmente as menores, entrega momentos de muita doçura e maturidade. (Registro de campo do dia 18/07/21)

São momentos como esse que podem caracterizar a Ciranda e outros espaços baseados em pressupostos da educação popular enquanto momentos “outros”, que saem de lógicas hegemônicas, por exemplo da ordem da competição. São, ao menos para as pessoas que preferem nutrir alguma esperança, como pequenos “fôlegos” dados em um espaço-tempo de características sufocantes. Ou, como lapsos de calor em meio a dias frios. Instantes que procuram fugas do tempo-capital e suas condições.

Mas as experiências da Ciranda não são sempre sobre momentos pacíficos e bonitos. “Outros” momentos são projetados por esta outra educação também como um escape à alienação da realidade, que age tal como um véu, que quando cai revela o desagradável e indigesto. Dia 16 de Outubro de 2021 tivemos na Ciranda uma proposta de desenho para um futuro muralismo. Havíamos levado algumas referências da expressão política que a arte pode sustentar (ou deve?!). Uma das referências levadas foi a foto de um grafite de Thiago Taif e Diego Azevedo, no qual destacava-se a frase “favela vive”. Talvez sugestionado, momentos depois da apresentação das referências um educando chamado Gabi (12 anos), pediu que colocássemos uma música homônima para tocar na pequena caixinha que nos acompanhava.



Figura 7: Desenho de Luiz, feito no dia 16 de Outubro de 2021 - um menino brincante e sua pipa, um rapaz “guerreiro” e suas armas. Fonte: autora (2021)

A *cypher* “Favela Vive” toca em um dos assuntos necessários ao tratar de contextos periféricos: a juventude que morre através da violência fardada. O pedido de Gabi demonstrou algumas possibilidades das relações entre representações artísticas e periferia, como seu potencial em abordar aquilo que nem sempre consegue ser

explicitamente verbalizado em diálogos. A força daquele momento e da escolha do Gabi estava principalmente no fato de que, semanas antes, presenciei as mesmas crianças que me cercavam com pinturas, rimas cantadas e brincadeiras, então rodeadas de choro, duas viaturas da PM-PR e um rabeção do IML, que retirava o corpo de um jovem da Comunidade, após um suposto conflito com agentes da Polícia Militar - versão enfaticamente refutada por toda Comunidade. A música, já extremamente potente, naquele dia nos alcançou com outros níveis de profundidade:

Favela vive no coração de cada morador, na lembrança de cada vida que a guerra levou [...] Dizem que somos bandidos, mas quem mata usa farda e exala despreparo e truculência. Cada beco da cidade guarda um pouco da guerra, com projéteis que acertam, com projéteis que erram [...] PM aplica pena de morte com aval do Estado. Quem tá certo? Quem tá errado? Só sei que o alvejado é sempre o favelado. Quantos irmãos tombaram cedo demais... Favela vive sangrando, implorando por paz. (FUNKERO, 2016)

Entre Outubro e Novembro de 2021, após dois casos recentes de execução de jovens da Comunidade por agentes da segurança pública, senti da parte das crianças uma recusa em falar sobre o ocorrido. Em algumas tentativas de criar espaços para dialogar sobre como estavam se sentindo, o primeiro reflexo delas era justamente não querer falar sobre o assunto. Acabavam demonstrando medo, tristeza ou simplesmente a consciência das tragédias em pequenos detalhes, às vezes em momentos inesperados. Instantes como este relatado, no qual as crianças acabaram elaborando sobre injustiças e violências que recaem em determinados corpos (incluindo os seus próprios), entre um rabisco e outro, sob a condução de uma música-desabafo-denúncia, cantada palavra-por-palavra por Gabi, sua irmã Flávia e seu irmão Luiz. Comentamos a música e conversamos um pouco sobre a recente morte, sobre racismo e sobre a polícia. Naquele momento, entre nós havia som, ritmo, melodia, palavras, cores, desenhos, fotografias e conversas. Agora fica mais evidente que, em relação a isso tudo, uma simples conversa oferece muito pouco a uma criança, menos do que o assunto demanda.

Momentos assim também servem como lembretes das limitações (as cercas) que projetos de educação popular podem enfrentar. O básico e mais evidente, a violência e o projeto de extermínio que é constantemente direcionado às pessoas que vivem nos locais onde estes projetos pretendem e devem se enraizar. Em tempos mais sombrios e pessimistas, o sentimento é, entre tantos, de desolação por imaginar que as pequenas pessoas educandas logo se tornarão pessoas-alvo. No caso da Ciranda, as limitações do projeto também estão no fato de que as possibilidades de diálogos e experiências se restringem também pelas diferentes posições políticas que foram determinadas entre as pessoas educadoras e educandas. As primeiras: adultas, não moradoras da Portelinha (e

nem de locais com as mesmas condições) e em grande parte, como eu, brancas. As outras: crianças de favela e no geral, não brancas. Algumas expectativas de arrefecer essas limitações percebidas estão, por exemplo, no maior objetivo do GT, de que as crianças hoje participantes sejam as futuras educadoras. Também se inclui nessa tentativa um planejamento de atividades baseadas em expressões periféricas semelhantes às que atravessam o mundo das crianças, onde o protagonismo seja de pessoas também periféricas (nas quais habitam tantos outros marcadores sociais). Na Ciranda, essa lacuna insuperável entre o mundo educador e o mundo educando tem de inspirar problematizações que contribuam com uma continuidade adaptada deste modelo-base de projeto político e pedagógico de educação popular. Porque sua base, embora irrefutavelmente rica de potencial transformador, é também inegavelmente pautada em certos princípios humanistas, por tanto tempo baseados em um modelo “universal” de humano, e que pode por isso enveredar-se em caminhos que suprimem particularidades e divisões sociais, chegando até em posições vanguardistas. Há que se buscar assim, algo como um “humanismo mais tático” (ABU-LUGHOD, 2018), que não relegue a força política de seu discurso original mas que também não se submeta às suas limitações.

Pois vejam. Eis que menos de um mês depois desta última atividade relatada, outro episódio de morte e violência atravessou os planejamentos da Ciranda:

Chegando na Portelinha, principalmente ao encontrar algumas das crianças chorando, parecia estar passando um reprise (...). Mas agora tava doendo mais. Rosa veio me abraçar enquanto choramingava e dizia “tia, mataram o Zé, tia” (Registro de campo do dia 07/11/2021)

O Zé a quem Rosa se referia na verdade se chamava Eduardo Felipe Santos de Oliveira, morto em uma operação policial que ocorreu na noite de um sábado, dia 6 de Novembro de 2021, na Portelinha. Era um rapaz de 16 anos, afilhado da Marga que morava na Portelinha desde muito pequeno. Muito querido por toda a Comunidade principalmente por conta de suas constantes brincadeiras e do riso fácil. Na tarde do domingo, 7 de Novembro, após horas intercaladas entre choros, gritos de desespero, momentos de negação e de revolta, a Comunidade se mobilizou em um ato feito nas vias rápidas que cruzam e dividem a Portelinha. O trânsito foi parado pelo fogo (em sua versão bruta-reivindicativa) e pela corrente humana que gritava e batia panels. Uma menina muito nova carregava um cartaz que trazia um trecho da música de MC Carol: “Na televisão, a verdade não importa. Se é negro e favelado, então tava de pistola”. Da madrugada do dia 6 até o fim do ato do dia 7, muitas crianças e adolescentes não só marcaram presença nas ruas como tiveram participação ativa e organizativa:

(...) Rosa, Paula, João, Miguel e eu fomos até a sede (algumas várias vezes) pra pegar alguns materiais e levar até a casa da Marga, onde resolvemos fazer cartazes pro ato, pra ficar perto dela. Ficamos nesses trabalhos mais ou menos do 12h às 17h, entre muitas idas e vindas, pegando esse ou aquele material. Algumas crianças queriam fazer os cartazes com mensagens ao Zé, desenhos e colagens. (...) O povo foi chegando, sugerindo frases, desenhos, técnicas etc. (...) Gente triste, nervosa, indignada ou desolada. Vizinhança, pastor, familiares. (Registro de campo, dia 07/11/21)



Figura 8: Protesto de 7 de Novembro de 2021.

Fonte: fotos de cima, autora (2021); foto de baixo, Giorgia Prates (Brasil de Fato, 2021) - adaptada

Foram dias em que crianças, adolescentes e muitas pessoas da Comunidade articularam e viveram um protesto, um velório e enterro (que aconteceram em uma cidade da região metropolitana) e mais um protesto. Neste circuito fúnebre, um lembrete: as pessoas que propõe construir trabalhos de educação popular têm papel de acompanhar os passos dos corpos sob a mira da necropolítica, da juventude negra e periférica. Bem como o de lutar, em instâncias que extrapolam o campo educacional, contra essa política da morte, pois ela está precisamente contra seu projeto educativo, porque por nada ou por muito pouco podem ser derrubados os corpos que dão vida a esta outra educação.

Se estes foram momentos em que imperou a tristeza, a dor da perda e do medo sentido prematuramente¹⁸, ela não imperou sozinha. A presença corrosiva das tecnologias de

¹⁸ “Durante o ato, em meio ao caos, Paula me apertou e começou a chorar um choro muito doído, profundo. (...) Entendi que rumo à ciência da dor e da injustiça, ela tinha dado um passo à frente. Espera-se que os rituais de passagem e despedida sejam feitos em busca de um ambiente acolhedor, espiritualizado, calmo e tranquilo. Pra Paula e outras pessoas dali, o primeiro ritual para a passagem do Zé foi gritar em meio ao fogo e carros. (...) A divisão da vida e de seus direitos não cessa nem por

destruição de vidas e sonhos teve como revide a criação de outras tecnologias. Enquanto tecnologias de destruição constituem “máquinas de destruição” (DELEUZE e GUATTARI, 2010), que podem inclusive ser o próprio Estado (MBEMBE, 2016); “os condenados da terra” e “os despossuídos” resgatam seus meios de seguir a vida contando constantemente com o apoio mútuo, o fogo brando entre si. As tecnologias de sobrevivência são as festas-rituais, como a marcha que após um ato seguiu até a rua em que Zé geralmente ficava, para dançar e cantar em coro algumas de suas músicas favoritas. São práticas de mutualidade, como o carinho e as comidas que chegaram à casa de Marga e familiares do Zé, ou como o esforço coletivo que viabilizou um ônibus para levar pessoas ao enterro fora da cidade. Essas tecnologias são também a construção e manutenção da memória comunitária, composta por lembranças do rapaz suscitadas por camisetas e grafites em sua homenagem, também pelas histórias contadas sobre ele. Como dizem Meihy e Holanda (2015), a importância de oralizar essas relações com o passado está na “presentificação” desse, para que experiências e situações mal resolvidas não “morram” em esquecimento. As manifestações memoriais em torno da imagem do Zé tratam de trazê-lo novamente ao agora, não somente para manter vigente aquilo que ele representa, sua alegria e “gracinhas”, mas também para lembrar de sua injusta partida.

(...) a memória coletiva é marcada pela afinidade repetida de vivência comunitária de alguns dramas, é na incidência dos problemas e na busca de soluções que se evidencia o efeito da experiência comunitária. Nessa linha, lembrar é um desafio fundamental. A memória se constitui assim em artifício político-social para marcar os elementos identitários de uma comunidade. (MEIHY e HOLANDA, 2015, p. 51)

Depois de sua morte, Eduardo Felipe permanece vivo nas lembranças da Portelinha de algumas maneiras, como a partir da horta que leva sua “graça”. A Horta Comunitária Eduardo Felipe foi iniciada como um GT do MOB-PR e desde o início se relacionou com atividades da Ciranda, através de sementeiras feitas por crianças e adolescentes que também marcaram presença nos mutirões.



Figura 9: Atividades da Ciranda relacionadas à Horta Comunitária Eduardo Felipe. Fonte: autora (2021)

questões fúnebres. A periferia morre e vive o luto de maneira peculiar. É dessa dureza que o fogo bruto trata, este ardor que queima a pele e não cicatriza direito.” (Registro de campo, dia 07/11/2021)

Este trabalho de contribuir com a memória comunitária passa a ser entendido como uma demanda da Ciranda ou, de maneira geral, uma tarefa da educação popular. Ele faz parte do que trato como um tipo de conhecimento necessário ao trabalho popular, o “saber lidar com o fogo”. É um saber que através da memória e do apoio mútuo, mantém a brandura dos vínculos afetivos, para que não cesse o calor mantenedor que vem deles. Ao mesmo tempo, é um saber que trata de não deixar cair em esquecimento o fogo bruto, como a violência que separou o Zé de sua comunidade. Esta ciência das chamas ora ensina meios de nutrir o calor brando e assim mantê-lo estável, “para juntar a família” (palavras de Marga); ora ensina formas de sua contenção e denúncia, para que as chamas não tomem conta de tudo, destruindo o que estiver em volta. Ela intenta possibilitar que os rumos dos trabalhos populares sigam em caminhada, para que ao longo de seus erros e acertos, surjam novos conhecimentos e saberes: saber-fazer, saber-refletir para então, quem sabe, um saber-mudar.

A educação popular, além de ser ela própria uma educação para essa ciência do fogo, possibilita vivências que escapam da lógica hegemônica de lidar com o tempo, com o espaço, com as pessoas ao redor, inclusive (ou principalmente) com as crianças. São espaços para experimentações e para explorar novas possibilidades de aprender, de ensinar e se relacionar. Enfim, novas possibilidades de viver e de pensar a vida.

Em vias de encerramento, não posso deixar de reafirmar que a educação popular incentiva esses movimentos auto-construídos (de práticas de conhecimento, de liberdade e de respeito), todos em relação direta com o contexto da proposta educativa. Disso, uma questão que se coloca é que se esses conhecimentos se constroem e se referenciam no contexto local, eles estão de certa forma submetidos às condições locais e é aí que fica evidente a importância do debate sobre territorialidade aos trabalhos populares. A Comunidade Portelinha, a Ciranda e o MOB-PR têm seus acúmulos de anos de reivindicações e trabalhos, e as emigrações ocasionadas pela cidade corporativa e pela pobreza impõe à base social e aos trabalhos populares constantes rompimentos de seus processos, o que prejudica tudo aquilo que pretende se enraizar.

Por fim, é válido colocar que o saber antropológico e etnográfico podem contribuir com debates sobre a periferia em relação à territorialidade e ao fogo (entre outras tantas temáticas que atravessam seus terrenos), trazendo à tona experiências e histórias de vidas; falas, comportamentos e categorias observadas; enfim, pontos relevantes para reflexões que contribuam com análises de suas particularidades e generalidades, que se somem às tantas denúncias que há anos são feitas e que se oponham aos sentidos-comum discriminatórios.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila; DO REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva; DURAZZO, Leandro. A escrita contra a cultura. **Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018.

ADL; BK; FUNKERO; MV BILL. **Favela Vive 2 (Cypher) – ADL, BK, Funkero e MV Bill (Prod. Índio) - YouTube**. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XYvrwZmjXJY&ab_channel=Esfinge. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Editora Brasiliense, 1985

D’ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**. v. 39, n. 1, p. 19–36. 2020.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**, [S. l.], v. 1978, n. 1800, p. 23–35, 1978.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 1a ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2010

DOS SANTOS, Juliana Silva. **O movimento zapatista e a educação: direitos humanos, igualdade e diferença**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto Felício. **Por Terra e Território**. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

FREIRE, Paulo. **Como trabalhar com o povo**. [s.l: s.n.].

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. [s.l: s.n.].

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, [s. l.], v. 2, n. 32, 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2a edição ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

PELOSO, Ranulfo. Trabalho de base. **São Paulo: Expressão Popular**, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org. .. (org.)). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009. p. 23–73. Disponível em: www.almedina.net. Acesso em: 2 dez. 2021.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. [s.l: s.n.].